

EFEITOS DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO NA CULTURA DE VAZANTE DA ILHA SÃO JOSÉ E NA FEIRA LIVRE EM BABAÇULÂNDIA-TO

Effects of Estreito plant dam in ebb culture of São José Island and in the market of Babaçulândia-TO

Queila Pereira da Silva¹
Airton Sieben²
Marivaldo Cavalcante da Silva³

Resumo

Um peculiar modo de vida foi atingido pela concretizada Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE), localizada no rio Tocantins, na divisa entre os estados do Tocantins e do Maranhão. A ilha São José localizava aproximadamente a 60 km da cidade de Babaçulândia. Os moradores da margem do rio foram desterritorializados de seus locais de trabalho e convivência. O objetivo principal deste artigo é compreender a cultura de vazante na ilha São José, no município de Babaçulândia, e como funcionava a relação socioeconômica da venda da produção na feira livre neste município. Para alcançar tais objetivos realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática. Esta indagação foi realizada no mês de Julho de 2012 com os feirantes que possuem bancas na feira livre em Babaçulândia, sendo estes reflexos do que vem ocorrendo na cidade após a chegada do empreendimento. Os camponeses tradicionais da ilha também foram pesquisados e a contribuição econômica, vinda destes trabalhadores, já não existe, devido à outra importância econômica que o rio atende. Acidade de Babaçulândia foi atingida pelo reservatório da UHEE, afetando a feira livre que existia nesta cidade. Foram mais de 73 famílias que deixaram sua terra na ilha São José.

Palavras-Chaves: Desterritorialização. Amazônia oriental. Hidrelétrica

Abstract

A peculiar way of life has been affected by realized Hydroelectric of Estreito (UHEE), located on the Tocantins River, on the border between the states of Tocantins and Maranhão. The São José Island was located in borderline of Tocantins and Maranhão States, approximately 60 km from the city of Babaçulândia. The residents of the riverbank were deterritorialized from their places of work and living. The main objective of this paper is to understand the culture of ebb in São José Island and ask about how works the socioeconomic relationship of selling of that products in market of that city. This inquiry was held in July 2012 with the vendors who have stalls at the flea market in Babaçulândia, which are reflections of what is happening in the town after the arrival of the Dam Plant. Traditional farmers of the island were also searched and the economic contribution coming of these worked, no longer exists due to economic function that meets the river. Traditional farmers of the island were also surveyed and the

¹Especialista em Geografia-Universidade Federal do Tocantins (UFT)- Campus de Araguaína. e-mail: queilageo@hotmail.com ;

²Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia-Instituto de Geografia (IG) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). e-mail: asieben@uft.edu.br;

³Professor Dr. em Geografia(UFT) - Campus de Araguaína. e-mails: marivaldoareia@yahoo.com.br; marivaldoareia@uft.edu.br.

economic contribution of these workers coming, no longer exists, due to another economic importance of the river. UHEE reservoir was affecting the flea market that existed in this city and 73 families left their land in São José Island

Key Words: Deterritorialization. Eastern Amazon. Dam Plant.

Introdução

A necessidade energética é crescente no Brasil, pois o país almeja crescer economicamente. O crescimento econômico gera demandas energéticas que no Brasil são necessariamente obtidas via o represamento de rios. Desta forma, os efeitos causados às comunidades e locais atingidos são muitos. A justificativa do progresso prevalece e a Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE) entrou no cenário do desenvolvimento a todo custo.

A UHEE teve seu processo de implantação definido no decorrer da primeira década do ano de 2000. O reservatório foi formado no último mês do ano de 2010 e nos primeiros meses do ano de 2011. O responsável pelo empreendimento é o Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado pelas empresas SUEZ- Energy South América Participações Ltda, Vale do Rio Doce, Alcoa Alumínio S.A e Camargo Correa S.A.

A ilha foi um dos últimos espaços desterritorializados, diante da dificuldade de acesso e também de alguns moradores que se organizaram e reivindicaram indenizações mais justas. Contudo, para muitos atingidos a emigração foi traumática, causando efeitos aos habitantes da ilha e na feira livre de Babaçulândia.

Diante disto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os efeitos da UHEE na cultura de vazante na ilha São José e na feira livre da cidade de Babaçulândia no estado do Tocantins. Os objetivos específicos foram: estudar a cultura de vazante da ilha São José; observar a feira livre de Babaçulândia e investigar a relação da cultura vazanteira com a feira-livre.

Em termos metodológicos fizeram-se revisões bibliográficas sobre o tema geral. Quanto aos estudos da ilha recorreu-se às informações de obras escritas antes da formação do reservatório. Foram realizadas saídas de campo para a feira livre na cidade de Babaçulândia, a fim de obter informações dos feirantes. As principais informações de campo foram obtidas no ano de 2012. Gravaram-se conversas com 3 feirantes e tiradas fotografias. O efeito da hidrelétrica na economia local influenciou na entrevista, pois poucos feirantes persistiram na atividade.

Este modo de vida foi atingido pela hidrelétrica que foi concretizada no ano de 2011. Os moradores da margem do rio foram desterritorializados de seus locais de trabalho e

convivência. A importante contribuição econômica, oriunda destes camponeses tradicionais, já não existe, devido à outra importância econômica que o rio atende. Acidade de Babaçulândia foi atingida pelo reservatório da UHEE, afetando a feira livre que existia nesta cidade.

As famílias que moravam na ilha estão concentradas em três assentamentos, tendo que se adaptar a uma nova realidade. A feira livre de Babaçulândia que recebia muitos produtos dos antigos vazanteiros, moradores da margem do rio e, sobretudo da ilha de São José não fornecem mais os seus produtos.

A Usina Hidroeletrica Estreito e a área estudada

Na Figura 1 observa-se a localização do rio Tocantins que ocupa hoje uma importante parte no cenário energético do país. Este empreendimento localiza-se no rio Tocantins, na divisa entre os estados do Tocantins e do Maranhão, na Amazônia Legal. A ilha de São José foi ocupada nas décadas de 1920 e 1930, coincidindo com o povoamento de outras áreas e municípios regionais, como Babaçulândia.

A ilha São José localizava-se no rio Tocantins, aproximadamente a 60 km da cidade de Babaçulândia (figura 1). Com a construção da UHEE, a ilha com aproximadamente 12km de extensão e 4km de largura foi totalmente inundada após a formação do reservatório. Foram mais de 73 famílias que deixaram sua terra. As famílias foram desterritorializadas nos anos de 2009 e 2010.

Atualmente, de acordo com Brasil (Lei 9.433/97): "[...] a água é um bem de domínio público". As ilhas em rios interiores pertencem ao estado onde se localizam, de acordo com o artigo 26, III, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A exploração somente poderá ocorrer com a anuência do estado proprietário. A ilha São José, para estas famílias representava a ideia do pertencimento, pois exerciam suas territorialidades e era dono do espaço pelo trabalho realizado e pela localização das casas, na sua grande maioria situadas às margens do rio Tocantins.

Na ilha, a vida era regida por uma forte ligação com a natureza. Ao se fazer uma relação da vida na ilha com as ideias defendidas por Haesbaert (2006), observa-se que esse povo carrega marcas de uma ligação profunda com a terra (o território usado como abrigo e proteção). A população da ilha praticava a agricultura de vazante, cultivando o alimento diversificado para o sustento da família e obtenção de renda. No rio, a população ribeirinha costumava pescar, tomar banho, lavar os utensílios domésticos e roupas. De forma geral a

água do rio servia para o consumo e era usado como via de circulação. Os moradores da ilha podem ser enquadrados como Povos ou comunidades Tradicionais, pois a relação com a ilha vem de longa data, aproximadamente há 80 anos.

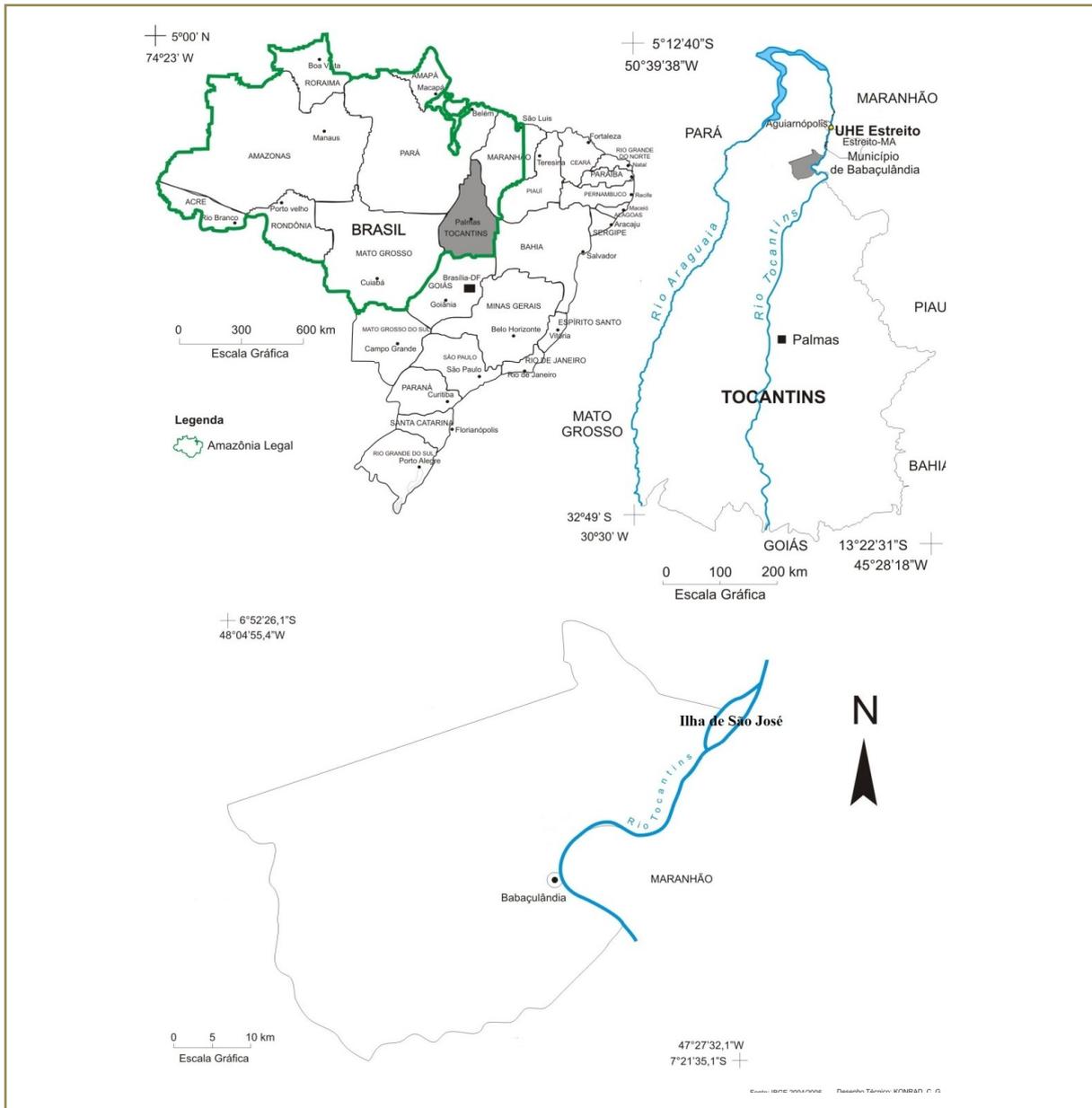


Figura 1 – Mapa de Localização da área de estudo. Org. Konrad, Silva e Sieben, 03/2013, Fonte: IBGE, 2004/2006

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela geração (OLIVEIRA, 2009, p. 01).

Esta conceituação em decreto é de suma importância para os povos tradicionais, cujas tradições culturais vigoram por várias gerações, pois eles se reconhecem e se

autodeterminam tradicionais por estar a muito tempo ocupando a terra onde vivem. Além dessas populações tradicionais, citam-se os indígenas, os caiçaras do litoral, os quilombolas, ribeirinhos como os que viviam na ilha São José, pois esses povos possuem particularidades no modo como se relacionam com a natureza.

A tradição dos moradores da ilha, a relação que mantinham com a natureza daquele território não existe mais, este modo de vida foi, de forma traumática, retirado deste povo devido à chegada de um “importante” empreendimento, a hidrelétrica. As usinas hidrelétricas são classificadas como Projetos de Grande Escala (PGE), utilizados desde os anos de 1960, como alternativa para promover o desenvolvimento econômico. O discurso desenvolvimentista pouco interessa para os que são afetados com a saída de seus lares. Neste caso, os moradores tradicionais de um território que pulsa uma cultura.

[...] as áreas de instalação de um empreendimento do porte de uma UHE, contam com uma população local e ribeirinha inteiramente adaptada e identificada com a área habitada. Este fato provoca o deslocamento compulsório [...] das populações dos espaços necessários e requeridos por esse empreendimento [...] (MENESTRINO, 2010, p. 19).

Este empreendimento, tendo como responsável pela sua execução a empresa CESTE, ocasionou consequências imensuráveis na vida de muitas famílias que viviam no município de Babaçulândia e na ilha São José, rompendo com tradições que davam vida ao seu povo. Compreende-se que sua ação sobre o povo da região foi negativa, porque desestruturou as atividades que até então eram realizadas no município e na ilha, tais como a pesca, a agricultura de vazante e o extrativismo e todo tipo de manifestação cultural próprio deste povo.

Os ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco, artistas da natureza [...] decerto não desconfiavam das escalas geográficas nas quais estavam inseridos, e, portanto, tornaram-se protagonistas em um palco que não é orquestrado para o interesse comum, mas sim, para as pretensões de empresas com poder político e econômico localizados em escalas (mundial e nacional), situadas bem distante da esfera local atingida (SIEBEN;CLEPS, 2012, p. 42).

Este território foi o “palco” para o desenvolvimento de uma comunidade com fortes laços de pertencimento a esse lugar. O território como espaço ocupado pelo povo e sua territorialidade sendo definida por suas relações sociais (MENESTRINO, 2010). Foi neste território que construíram suas vidas e viram-nas serem levadas pelas águas do lago. As lembranças do que viveram, é hoje, o maior tesouro deste povo. Isto as águas do lago não pode levar nem tirar dos antigos moradores.

Segundo Menestrino (2010), a implantação de projetos hidrelétricos apresenta sérios agravantes em relação ao impacto socioambiental, que seria o impacto sofrido pela população que fazia parte deste ambiente onde se fará a obra. A opinião dos atingidos, geralmente é desconsiderada, tendo como opção “aceitar” uma compensação que desconsidera os aspectos traumáticos de uma desterritorialização e uma reterritorialização que, segundo Haesbaert (2005, p.6774): “[...] mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo.” Deste modo observa-se que a reterritorialização pode resultar num processo de difícil aceitação para os que são submetidos a esse movimento.

[...] os impactos sobre populações humanas não considera a perda emocional, das propriedades e lugares por parte dos empreendedores [...] A retirada destas populações e sua reterritorialização destacam a falta de compensação e, muitas vezes, para terras inferiores às anteriormente ocupadas, dificultando a adaptação á nova realidade territorial [...] (MENESTRINO, 2010, p. 43).

Percebe-se que na implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, os empreendedores não discutiram e não consideraram a vida costumeira de sobrevivência dos que residiam na ilha. Suas moradias eram casas construídas em taipa, palha ou madeira. Usavam recursos da natureza para construir suas moradias como o barro, a madeira e a folha do babaçu. Em muitas residências a energia elétrica era providenciada por meio de gerador, algumas casas não possuíam energia elétrica. Como assegura Menestrino (2010): “[...] essas formas de apropriação dos recursos naturais caracterizam bem o modo de vida dos ribeirinhos, demonstrando sua total interação no ambiente em que vivem e passando de geração a geração os conhecimentos específicos.”

Dependendo da natureza para sobreviver, o homem precisava estar sempre se adaptando as suas alterações que influenciavam na forma de relacionamento com ela, passando a ajustar-se aos novos ambientes que surgem. Segundo Porto-Gonçalves (2005, p. 25): “[...] o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá para a coleta daquilo que se planta que se cultiva. Com a agricultura nos tornamos sedentários e não mais nômades.” Os antigos moradores da ilha São José praticavam a agricultura de vazante, este tipo de cultura não é mais praticado, pois ela está agora submersa.

O rio Tocantins foi arquiteto de uma sociedade cujo modo de vida tinha estreita ligação com suas águas, seja na alimentação, na irrigação de áreas ribeirinhas[...]Essa diversidade natural confere um rico biodiversidade. Confere, ainda, à população ribeirinha, modos de vida que devem ser percebidos em suas particularidades [...] (FLORES, 2009, p. 16).

A cultura capitalista chega com força nestas localidades com a construção da UHEE. A hidrelétrica é um evidente ponto de ruptura para estas comunidades e com efeitos irreversíveis para as suas atividades em especial, a cultura de vazante, foco deste estudo. O novo lar não irá jamais ter as mesmas configurações do antigo, e esta nova realidade está impregnada de novos desafios, uma quebra na identidade por terem perdido seu modo de vida, seus saberes. Esses saberes e o modo de vida desses ribeirinhos não foram respeitados, e em nome da urgência produtora do capital essa população foi retirada de seu lar.

A rotina na margem do rio, o som das suas águas, a atividade diária que era regida pelo rio e suas cheias, estruturaram a vida dos que moravam na ilha. Atualmente esses antigos moradores vivem em outro território, sem o som das águas do rio Tocantins, sem a rotina vazanteira, pesqueira e extrativista.

Por estes motivos e pelo fato dos acontecimentos gerados a esta população o termo impacto soa um tanto quanto economicista e por isso optou-se por “efeito” por entender que esta nomenclatura é mais adequada para as mudanças drásticas causadas por estes empreendimentos. Os eventos e acontecimentos gerados a esta população são perpétuos, irreversíveis e, portanto, o termo efeito de Braga e Silva (2011) é o mais adequado. Isto é reforçado pelo fato de que todo ambiente social e natural quando modificado não há mais a possibilidade de retorno nas condições vividas anteriormente.

Os traumas e atropelos enfrentados por comunidades atingidas pelas hidrelétricas são destacados por outros autores como Sigaud (1992). Esta autora retratou os efeitos da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e na situação descompassada como foram feitas as negociações com os atingidos. Muitas famílias que moravam na Ilha São José estão vivendo em diferentes localidades, algumas foram para o Estado do Pará, outras estão na cidade de Araguaína-TO, ou em Babaçulândia-TO. Muitas famílias se dispersaram para diferentes assentamentos.

Tem muita gente da ilha qui morava na ilha e praticamente num tem mais nada, tiraram de um lugar tão bom como a ilha era, muita água, muita coisa, colocaram num torão pra culá e a água pra eles é o caminhão que leva. Tem muita gente arripindida demais desse negócio, tem uns que foi pro Pará que tão bem de condição alguns da ilha que tinha melhor situação que saiu pra fora. Mais esses qui tão no assentamento aí tão fraquin, com uma terrinha réia e pelejando pra vivê (ENTREVISTADO 1, Julho/ 2012).

O barraqueiro, o barqueiro, o feirante, muitos moradores que direta ou indiretamente dependiam economicamente do rio, estão sofrendo com as consequências negativas deste empreendimento. As perspectivas de melhoras, segundo alguns informantes, estão num futuro ainda obscuro.

Esse pessoal mermo que era di dentro da ilha, “eles” pegaram e colocaram eles aí em assentamento, o cara vivia da vazante tudo qui plantava dava hoje tão numa área que num dá nada. Num tá dando nem pra eles sobreviver, até o ano passado o pessoal do CESTE deram uma parte de cereal pra eles (ENTREVISTADO 2, Julho/2012).

Esta é a realidade dos que viviam na ilha, que foi relatada pelo informante 2, que conhece estes antigos moradores que perceberam os dramas desta população. “Eles”, segundo o entrevistado 2, seria o grupo empreendedor, responsável por ter assentado muitas famílias em áreas distintas da que viviam, porque a terra das fazendas que são hoje os assentamentos eram baratas. Observa-se o descaso com este povo e seu modo de vida, como por exemplo, a cultura de vazante retratada a seguir.

Cultura de vazante: produção agrícola na Ilha de São José

Conforme pesquisa da EMBRAPA (2004, p. 2) o cultivo de vazante: “São as faixas de terras situadas às margens dos açudes, barragens, lagoas e leitos dos rios, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas durante a época seca.” Para as comunidades compostas por camponeses tradicionais o conceito é muito mais amplo e envolve o modo de vida. A cultura de vazante representa muito mais que um simples modelo econômico da lida na terra. Este modelo é visto com certo preconceito por parte de especialistas e técnicos em agricultura.

Nos sertões mais interiores, em pleno domínio das caatingas, a expressão várzea cedeu lugar para termo vazante, que descrevia exatamente a faixa de terrenos ribeirinhos abrangidos pela rápida ascensão das águas no período chuvoso do ano. Vazante é o que vaza, que extravasa, que transborda. Trata-se de um termo dotado de grande capacidade de evocação, aplicável à rotina da dinâmica hidrológica dos sertões secos. (AB’SÁBER, 1999, p. 18).

O trabalhador rural, a saber, os ilheiros da ilha de São José estavam interligados em perfeita união entre todos os processos e etapas nas suas atividades diárias ligadas ao cultivo da terra. O conhecimento e a força de trabalho, neste caso operavam juntos, pois para as comunidades tradicionais da Amazônia Legal, saber é fazer.

A dinâmica climática ditava o modo de vida do lugar. Com as enchentes ocorria a fertilização das terras. Nas topografias mais baixas se fazia o cultivo de vazante no período seco e no tempo chuvoso o relevo mais elevado era cultivado. O clima e o relevo eram responsáveis pelas outras atividades do lugar como, por exemplo, a quebra de coco. (SIEBEN, 2012, p. 27).

Nas áreas ribeirinhas do rio Tocantins tem dois períodos de plantios e colheitas em áreas diferentes. Existe o período de plantio, produção e colheita de outubro a fevereiro,

coincidindo com a fase das chuvas e nos meses de junho, julho e agosto ocorre o cultivo de vazante aproveitando a escassez das chuvas.

“Para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o corpo do saber” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13).

A técnica de cultivo tradicional de vazante é bastante antiga e conhecida pelos agricultores. O preparo do solo é bastante simples. É feita uma limpeza da área que foi descoberta pelas águas e, em seguida, é feita a abertura de covas no plano e/ ou covas viradas. O sistema de covas viradas, que é indicado para as culturas de batata-doce e/ou macaxeira, além de demorado, exige bastante força física (EMBRAPA, 2004, p. 2).

Desta forma, a relação desta população com a natureza segue uma lógica própria, onde se autogovernam nas atividades inerentes à sua produção de bens. Esta forma de lidar com a terra, especificamente com as vazantes nesta região da Amazônia Legal, é em grande parte de origem indígena, que por longo tempo viveu afastada de influência da cultura capitalista “ocidental” e urbana.

O processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Em outros termos, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, ele se faz no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza. Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 10).

Woortmann; Woortmann (1997, p. 10) referindo-se ao camponês expõem: “O processo de trabalho é um procedimento técnico, mas cada cultura tem procedimentos técnicos, formas de saber e construções simbólicas específicas.” Ou como afirmam os autores (1997, p. 15): “Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura.”

A cultura de vazante foi uma atividade que contribuiu para o surgimento e desenvolvimento das grandes civilizações e ainda é praticado por muitos ribeirinhos. “[...] o território vazanteiro também é conhecido como um território ‘móvel’, que pode ser demonstrado pela mobilidade física do próprio território, em função do ciclo do rio” (SILVA, s/d, p.03).

Os moradores da ilha São José desenvolviam a agricultura de vazante, sem uso de produtos químicos, correção do solo, pois a terra era bastante fértil, tudo que plantavam crescia de forma saudável (CARVALHO, 2011). Cultivaram diferentes espécies vegetais nas

margens do rio Tocantins, quando suas águas baixavam no período da estiagem, após as cheias que fertilizavam as terras proporcionando alimento para as famílias que residiam na ilha e posterior venda em outros locais como na feira livre da cidade de Babaçulândia.

[...] a mexida na vazante e a lida diária com o rio, fonte de água e alimento coloca homens e mulheres, jovem e crianças em contato com a natureza e suas dinâmicas [...] estes aprendem na convivência cotidiana a acompanhar o subir e baixar das águas[...] (ARAÚJO, 2009, p.37).

Esse era o modo de vida dos que moravam na ilha e também dos que viviam na cidade de Babaçulândia, às margens do rio e mantinham uma estreita e necessária relação de respeito com a natureza.

Essas populações, geralmente, têm uma relação peculiar com a natureza, privilegiando conhecimentos tradicionais de técnicas de manejo de recursos naturais, caça e pesca propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas e as próprias categorizações e classificação de espécies da flora e fauna utilizadas por eles, garantindo com isso a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução do meio ambiente. (MENESTRINO, 2010, p.13).

A atual e futura vida na cidade ou em outra área rural é incerta, haja vista que as características desse novo lugar não serão como antes, pois como citado anteriormente, estes possuíam uma forte ligação de sobrevivência com a natureza, mantinham um peculiar modo de vida, onde o ciclo da natureza era fielmente obedecido.

A agricultura de vazante ou a exploração da faixa de terra que periodicamente e temporariamente é submersa pelas águas do Tocantins, constitui-se numa importante forma de produção agrícola ao longo das margens deste rio [...] Neste sistema de produção, são cultivados preferencialmente culturas de ciclo curto, principalmente a melancia e abóbora que, direcionadas ao mercado, representam um complemento de renda aos produtores rurais. O feijão e o milho, em menor escala, também são plantados no leito temporário do Tocantins que fica exposto durante a vazante do rio. Essa prática denomina-se cultura de vazante e os que dela fazem uso são conhecidos como “vazanteiros”. [...] O impacto é de natureza negativa e deverá afetar principalmente os pequenos agricultores. Trata-se de um impacto direto e permanente causado pela alteração da dinâmica do rio Tocantins com o conseqüente desaparecimento do fenômeno natural da vazante. Espacialmente o impacto é disperso por toda a área de formação do lago do reservatório da UHE Estreito. O impacto é irreversível e ocorre imediatamente com a elevação do nível das águas. Trata-se de impacto de ocorrência certa considerado de alta importância, implicando na perda dos benefícios de um conhecimento adquirido pela prática e experiência própria dos agricultores e adaptado aos ritmos da natureza. (CNEC, 2001, p. 157).

O próprio instrumento de levantamentos de impactos ambientais, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de Estreito reconhecem de certa forma, a importância desta produção, bem como os efeitos drásticos nas comunidades atingidas pelas águas do reservatório formado pela represa.

A cultura vazanteira da ilha São José teve importância econômica e cultural para a cidade de Babaçulândia. A população da ilha perdeu uma fonte de rendimento e seu modo de vida, enquanto a população que vive na cidade perdeu uma importante fonte de alimentos produzidos e comercializados na feira da cidade.

Feira livre de Babaçulândia: local de comércio e encontros

As feiras livres fazem parte da paisagem cotidiana de muitas cidades no Brasil e no mundo, este simples e tradicional tipo de comércio é praticado em pequenas e grandes cidades. Para Bromley (1980, p. 646): “o mercado diário ou periódico é uma importante característica nos países em desenvolvimento, onde pode exercer uma função significativa de localidade central”. No município de Babaçulândia, a feira livre está presente, possuindo uma centralidade para cidade e para a região, pois moradores da cidade e de algumas fazendas compram na feira.

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica [...] mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras [...]. (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008 p. 75).

Para a economia do município e para os feirantes este tipo de atividade foi muito importante, antes da chegada da UHE Estreito. Segundo feirantes do município, o movimento de pessoas na feira era volumoso, assim como de produtos vindos principalmente dos produtores ribeirinhos do rio Tocantins. Seus produtos, cultivados na vazante do rio, chegavam às bancas da feira e em seguida para a mesa do consumidor. Existiam vários feirantes, todo o galpão onde funciona a feira ficava totalmente ocupado por bancas com variados produtos, funcionando durante a semana toda, com forte movimento nos finais de semana.

Nos dias de mercado, o pequeno núcleo transforma-se em um centro de mercado. Vendedores dos mais variados produtos, artesãos e prestadores de diversos serviços amanhecem no centro com suas mercadorias e instrumentos de trabalho [...] vieram vender suas produções e comprar alguns bens que não produzem [...]. Esses são ainda, os dias em que as pessoas se encontram, sabem das novidades e realizam eventos sociais, culturais e políticos. (CORRÊA, 2005, p. 50).

A rua servia de local para muitos outros feirantes exporem os seus produtos. Segundo alguns pesquisados, o movimento era intenso, o galpão onde eram expostos os produtos ficava lotado de bancas. Desta forma, muitos feirantes tinham a rua como alternativa para montarem a banca.

Aqui (aponta para a rua) tinha banca de alimento, aqui era cheio, essa rua toda, vendedô aí que morava na beira do rio, pessoal da ilha vinha aqui. Eles vendia os produtos da beira do rio, o murici, bacaba, buriti, acabou tudo isso aí. Eu pra fala a verdade, eu era a favor da barragi por causa do imprego, mais é temporário isso aí, se é rápido pra fazer, mais rápido eles vão embora e deixa o desastre pra noís (ENTREVISTADO 3, Julho/2012).

Este peculiar tipo de comércio compete com o moderno varejoe luta para persistir na paisagemdas cidades (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). Na feira de Babaçulândia atualmente existem apenas três bancas, funcionando todos os dias, mesmo com muitas dificuldades. Na figura 2, observam-se duas das bancas. Os produtos destas barracas são oriundos de outros lugares, pois no município está difícil de encontrar alimentos básicos para vender na feira.



Figura 2- Produtos expostos numa banca na feira livre de Babaçulândia, Fonte: Silva, Julho/2012

As pessoas que ainda expõem produtos na feira de Babaçulândia preferem acreditar que ela irá resistir ao efeito da usina e dos grandes comércios. Os feirantes estão importando gêneros alimentícios de outras cidades, porque segundo eles, no município não tem mais nada. “Aqui funciona assim, essas duas banca, antes do impendimento, depremero, funcionava direto, aqui era cheio de banca, os outros já correram tudo só tem eu e o vizinho aqui”. Esta é a opinião do entrevistado 2 (Julho/2012), relatando a dura realidade que está vivendo hoje como morador e comerciante na feira livre. Perguntado sobre a importância da feira para a economia da cidade, o morador relatou o seguinte:

É uma boa, mais só que aqui mermo pra noís que convivi aqui, que era movimentado, cabou o movimento, o pessoal hoje tá tudo ispaiado. Cê tá vendo esse orró de barraca é porque é fim de semana, esse pessoal é de Araguaína, a banca que

fica aqui diretamente é só a minha e a do vizinho (ENTREVISTADO 2, Julho/2012).

Os feirantes vindos de Araguaína vendem roupas, calçados, óculos, pequenos produtos eletrônicos. Os alimentos são comprados por alguns feirantes para revender em Babaçulândia. “Aqui antes tinha muito lugar de plantação, de melancia, de abobra, aqui saía era carradas de produtos” (ENTREVISTADO 2, Julho/2012). Para os pesquisados, a feira é mais que um ponto de vendas e trocas comerciais, é um local onde as pessoas se encontram para conversar, ter notícias de alguém, contar causos e histórias.

Percebe-se que o espaço não era somente utilizado para a venda dos produtos. A informalidade do ambiente representava muito mais que um simples local de vender produtos alimentícios e realizar negócios. Este espaço representa um modo de vida, compreendido somente por aqueles que lá viveram.

Na figura 3, observa-se a vista parcial da feira que se localiza num galpão no centro da cidade de Babaçulândia. Percebe-se que na circunstância atual o pequeno número de bancas e expositores expõem os seus produtos. O movimento em épocas passadas era mais intenso e alegre.



Figura 3 - Vista parcial da feira livre de Babaçulândia, Fonte: Silva, Julho/2012.

No depoimento do Entrevistado 1 (Julho/2012), antigo morador do município e que hoje mora em Carmolândia-TO, comenta que o movimento da feira acabou, e teve que mudar para outra cidade. Ele comercializa seus produtos nos municípios de Santa Fé, Bielândia, Barra do Ouro e Carmolândia, municípios tocantinenses: “eu rodu tudo!”. Ele relatou que produzia em Babaçulândia uma grande parte do que comercializava e outra parte comprava da

produção da ilha São José. Agora, para continuar com o trabalho, está importando tudo, verduras da cidade de Goiânia-GO, o peixe de Porto Nacional-TO, que chega a Araguaína onde ele compra para vender.

Os moradores da ilha São José realizavam a venda de sua produção da seguinte forma: chegavam com certa quantidade de produtos na beira do rio e repassavam para os feirantes que revendiam em suas bancas. Estes usavam o lucro para comprar, no município, produtos que não podiam produzir na ilha.

Eles não vendiam assim essas coisinhas, eles vendia assim, num montava barraca, eles trazia e vendia “em grosso”, um saco de milho, farinha pra fulano revender. Eles traziam três mil bananas e vendia pra alguém revender. Era muita coisa mesmo. Da ilha vinha banana, vinha feijão, vinha farinha, galinha, ovo, vinha tudo de lá, dois, três carros de lá, tinha muitos lá que num vinha, num tinha barca, intão vendia pra quem tinha a barca, intão chegava aqui por travessador. Eu mesmo comprava banana do pessoal da ilha pra revender. Na ilha eles tinha água a vontade, mudaram eles e quem tá furnecendo eles é o carro e num dá pra plantar nada, como é que tem um carro furnecendo água e vai plantar uma horta, num tem como. Era uma ária de chão pequena mais era muito boa, criavam o gado, todo mundo tinha uma coisinha, aí cabou tudo. (ENTREVISTADO 1, Julho/2012).

No município de Babaçulândia a feira livre funciona todos os dias da semana, com maior fluxo no final de semana. Com a construção da barragem, toda a produção de gêneros alimentícios foi afetada e por isso esses produtos estão escassos no município. De acordo com os feirantes, no mês de julho o movimento era maior devido à presença do turista que frequentava a praia do Coco.

A praia aqui era a melhor coisa que tinha aqui. Aí nois vinha cedo pra cá. Logo cedo subia o cordão di gente pra cá compra alface, compra verdura, melancia, laranja, aí descia pra praia. Era tudo bom, era bom di mais. Agora num tem ninguém, num tem nada. No meio da semana, agora, num vendi nada, as verduras só murchando (ENTREVISTADO 1, Julho/2012).

Atualmente, segundo a opinião dos feirantes, os turistas compram poucos produtos e mercadorias em Babaçulândia. Os turistas chegam com as suas bebidas, carne para o churrasco, as frutas, passa o fim de semana e vão embora, não injetam nenhum capital na economia local.

A feira, pra mim, vai acabar. Nem cheiro-verde num tem mais, nessa beira aqui num tem mais nada. Tem gente de Araguaína que vem vendê aqui, tem um rapaz que vem toda semana vendê alface, cheiro-verde. Tem venda que fica fiado, nas semanas seguintes agente vai recebendo aos poucos e a pessoa compra mais. Agente num pode pará, vai divagar, num pode pará (ENTREVISTADO 1, Julho/2012).

Observou-se que a feira livre possuía certa centralidade urbana ao município, possuía seu modo de organização. O informante 1 está vendendo seus produtos de casa em casa, para

ele foi uma alternativa, ir até o consumidor para tentar vender seus produtos, já que o consumidor está desaparecendo da feira livre. Ele coloca seus produtos no carro e percorre as ruas do município. Os produtos alimentícios, antes do município, hoje, são importados de outras cidades e localidades.

O pescador nem sempre pesca de forma satisfatória, para pagar suas despesas e ganhar seu lucro. A praia perdeu suas características naturais e muitos moradores e turistas não se adaptaram a esta nova configuração e quando frequenta a praia no período das férias, pouco injeta na economia do município.

Hoje é necessário que os produtos básicos, como as hortaliças, venham de outros municípios, como Araguaína, principalmente. “Aqui num tem mais nada... cê num acha tumati, tudo que é de produção de cereal tá vindo de fora, o que tem aqui num dá pra sobrevivência de ninguém, é muito poco” (ENTREVISTADO 1, julho/2012). Os turistas que injetavam capital no município, no mês de Julho, já não têm a mesma importância econômica para o município.

A população da cidade de Babaçulândia contempla hoje um rio mais manso, calmo “aos seus pés”, o rio foi represado, uma nova margem foi arquitetada para fazer parte deste novo cenário na cidade de Babaçulândia, um cenário que representa o poder do grande capital, que usurpou a relação que os moradores tinham com o rio. Esta relação desapareceu junto com a formação do reservatório. A nova configuração que se apresenta hoje não substituirá o que muitos viveram com o rio.

[...]a cidade de Babaçulândia assim como outras cidades ribeirinhas, atualmente vem passando por profundas mudanças em sua estrutura urbana em consequência da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA obra esta que se iniciou no ano de 2002. Com o andamento da obra, foi preciso desapropriar boa parte da área atingida, onde imóveis urbanos e rurais foram totalmente destruídos [...] (SÁ, 2011,44).

Percebe-se que a ilha São José tinha uma relação próxima com a feira livre da cidade de Babaçulândia. Ambas as localidades tiveram efeitos diretos ocasionados pelo empreendimento. A ilha está alagada e não produz mais alimentos, por sua vez não há mais produtos na feira livre da cidade.

A feira, além de não ter mais produtos, dificilmente conseguiria vendê-los, pois um importante evento da economia local não existe mais, a praia da Coco. Para esta praia convergiam turistas de vários locais, sobretudo no mês de julho quando as águas do riobaixavam. Percebeu-se nas falas dos pesquisados que a praia artificial não está

contribuindo muito com os feirantes. Ao que parece, a população, de forma geral teve alterações no seu comportamento em relação à feira e esta perdeu dinamicidade.

Considerações finais

A UHEE desestruturou a vida de muitas pessoas. O rio perdeu sua dinâmica, sofrendo modificações na pesca, na lavagem de roupas e utensílios na atividade agrícola vazanteira realizada na época em que o rio “baixava” suas águas. A produção agrícola era levada para o município de Babaçulândia e vendida para feirantes que vendiam na feira livre, abastecendo a população com produtos naturais e saudáveis.

A cidade de Babaçulândia está diariamente lidando com as transformações que estão ocorrendo devido à chegada da UHEE, como a comercialização dos produtos vindos da agricultura de vazante. Estes eram comercializados na feira livre do município, hoje a feira não possui o mesmo movimento que tinha antes da formação do reservatório.

Este peculiar modo de comércio está ameaçado, sobrevivendo graças à insistência de uns poucos feirantes. Atualmente os produtos estão vindos de outras cidades, assim como os comerciantes, vindos principalmente de Araguaína.

Diante do que foi analisado e pesquisado, constatou-se que o reservatório desestruturou a vida diária da população da cidade de Babaçulândia. A terra fértil das vazantes foi alagada pelas águas do lago. A atividade agrícola vazanteira desapareceu, juntamente com muitos produtos que compõem a alimentação básica da população.

Esses produtos eram vendidos na feira livre, onde os feirantes vendiam a produção oriunda das vazantes. Esta produção provinha, em boa parte dos residentes, da ilha São José. Estas produções desapareceram. Na circunstância atual os antigos moradores da ilha moram em outro território, distinto da ilha.

Desta forma, a relação socioeconômica entre a ilha e a cidade de Babaçulândia foi fundamental para as suas populações. Hoje essa relação não existe mais. Existe apenas a feira, sobrevivendo ao golpe do empreendimento. A população da ilha sobrevive em um novo território, um estranho território tentando se reorganizar, adaptar ou reterritorializar, no sentido de encontrar motivos e novas perspectivas para continuarem as suas vidas.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz. N. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 1-55. maio/ago. 1999. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/9474/11043>> Acesso em: 29 abr. 2013.

ARAÚJO, Elise C. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos *vazanteiros* do Pau de Légua. 2009. 256 f. (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES/Montes Claros – MG, 2009.

BRAGA, Iara F; SILVA, Vicente P. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 100-107. jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/-16369/9164>> Acesso em: 03 mai. 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 19 mar. 2013.

BRASIL, Lei nº 9.433/97, de 08, de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm> Acesso em: 19 mar. 2013.

BROMLEY, Raymond J. Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Ano 42, n. 3 p. 433 a 676. jul./set. 1980.

CARVALHO, Ana L. C. **A construção da UHE de Estreito-MA e a desapropriação camponesa**: a ilha São José no município de Babaçulândia (TO). 2011. 53 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, UFT/Araguaína- TO. 2011.

CNEC. **Usina Hidrelétrica Estreito: Relatório de Impacto Ambiental**, Impactos Sócio-Econômicos.Desaparecimento do Sistema de Produção de Vazante. Capítulo 9, item 9.4.12.2 p. 157, 2001.

CORREA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Agricultura de vazante**: uma opção de cultivo para o período seco. Petrolina, 2004. 2 p. Disponível em: <http://www.cpatas.embrapa.br/public_eletronica/downloads/INT56.pdf> Acesso em 26 mar. 2013.

FLORES, Katia Maia. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. 151 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo. Anais... USP, 2005a, pp. 6774-6792. Disponível em: <www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_2004.pdf> Acesso em: 31 out. 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/logistica/energia/2006.pdf> Acesso em: 31 out. 2011.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 2, n. 4, p. 72-87. Ago. 2008. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710> Acesso em: 02 mai. 2013.

MENESTRINO, Eunice H. G. **Povos tradicionais**: do lugar ao não-lugar. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins UFT/Palmas, 2010.

OLIVEIRA, Marcelo R. **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do decreto 6.040/2007**. Disponível em <<http://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2009/02/conceitojuridico-pect.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2005. 148 p.

SÁ, Rosangela F. da R. **Do rio ao asfalto**: redefinições territoriais dos ribeirinhos na vila dos “alagados” no município de Babaçulândia – TO. 2011. 53f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Universidade Federal do Tocantins UFT/Araguaína – TO, 2011.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito 2012. 203 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2012.

SIEBEN, Airton; CLEPS, João J. Paisagem: Considerações geológicas e antrópicas em Palmatuba/Babaçulândia (TO) e a UHE de Estreito (TO). In: PEREIRA, Aires J. e SANTOS, Roberto de S. **Educação, Ambiente, Cultura e Lugar**: uma análise da produção do espaço geográfico. Goiânia: Kelps, 2012. 198 p. p. 31-46.

SIGAUD, Lygia. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais**: o caso das grandes barragens. 18 (7), fev. 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm> Acesso em: 31/03/2012.

SILVA, Rosangela da. Unidade de conservação em território de comunidade tradicional vazanteira: um estudo de caso da comunidade Pau Preto Norte de Minas Gerais. In: **IV Seminário de Extensão Universitária**: formação acadêmica e compromisso social. Disponível em: <www.pucminas.br/proex/arquivos/paupreto.pdf> Acesso em: 20 nov. 2011.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1997. 192 p.